



O jornalismo que cala a periferia A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza

Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (Primo Levi)

MÔNICA C. P. SOUSA

Pós-doutoranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Brasil

monica.cpsousa@gmail.com



m 2005, durante o Fórum Mundial Social em Buenos Aires, Boaventura de Sousa Santos falou sobre a emancipação social e dentre as abordagens dele, uma chama a nossa atenção: “*Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas*”. (Santos, 2007: 20).

E o caminho pelo qual enveredamos neste artigo pretende problematizar as discrepâncias entre a teoria e a prática jornalísticas – ou mais precisamente, a maneira astuta como a articulação entre ambas cria um confortável respaldo às empresas jornalísticas, na qual os rituais jornalísticos se tornam forças estratégicas, e contrariam a essência “social” que esses rituais de objetividade, imparcialidade e verdade dizem defender. O que propomos neste trabalho é apresentar como o que chamamos de dislexia discursiva assegura ao jornalismo a potência das estratégias de manutenção não apenas de um *status quo* “subalterno”, no qual os moradores da periferia estão imersos em sua historicidade midiática, como

Pour citer cet article

Référence électronique

Mônica C. P. Sousa, « O jornalismo que cala a periferia. A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournisme.org/rev>

também a legitimação de consensos se torna uma forma de imobilizar resistências.

Desde 2009, o Rio de Janeiro começou a promover reformulações urbanas dentro de um projeto de qualificação para sediar grandes eventos mundiais. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 se tornaram justificativas cruciais para mudanças estruturais na cidade, relacionadas à mobilidade urbana e à remodelação estética. Tais transformações irão desembocar numa série de consequências sociais e políticas para os moradores das áreas periféricas que serão removidos de suas moradias. No meio desse emaranhado do que se convencionou chamar de “reurbanização” tornou-se urgente redefinir o título de “cidade partida”, que há décadas se tornara um chavão para expressar as discrepâncias socioeconômicas do Rio de Janeiro. Pensar uma cidade não partida pressupunha transformar a cidade em um uníssono de “Somos um Rio”, conforme apreçoam os slogans das propagandas municipais.

O subúrbio (cuja designação no Brasil está associada às áreas de degradação física e social), então, se torna a bola da vez das estratégias da nova cidade integrada, e tais transformações colocam a periferia na agenda midiática da imprensa. Neste trabalho, apresento uma análise discursiva da produção de sentido da proposta governamental de integração da cidade do Rio de Janeiro a partir das remoções de famílias pobres. Para isso, apontamos algumas matérias de destaques de 2010 a 2013 na editoria de Cidade do jornal *O Globo*, de veiculação nacional e com tiragem de 333.860 exemplares diariamente, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2014. São elas: “Prefeitura removerá 119 favelas”, “Illegalidade perde terreno”, “Madureira: brilha a estrela da Central”, “BRTs: a maioria das indenizações é paga em juízo”, “Expansão do Parque Madureira deverá começar em fevereiro”, “BRTs na berlinda”.

Vale salientar que esta pesquisa não se propõe a um tratado sobre remoções. E tampouco é uma denúncia de que o jornalismo direciona os sentidos – partimos disto como uma constatação para buscarmos compreender a complexidade do processo desencadeado pela cobertura jornalística na relação entre o poder público e cidadãos de áreas pobres. Sendo assim, do ponto de vista metodológico, trabalharemos com a questão do interdiscurso, do diálogo e do silenciamento tomados pela Análise do Discurso em Bakhtin e Orlandi.

Dito assim, as ilusões, o esquecimento e a memória são partes fundamentais e indissociáveis do interdiscurso, dos efeitos da ideologia nas nossas significações.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 1999:32)

Nesse discurso que sedimenta encontramos também os indícios de rupturas que deslocam os sentidos e os pressupostos de significação. Por um lado, o sujeito na AD é determinado historicamente e se constitui junto ao discurso simultaneamente, durante o ato de dizer – o que demonstra a importância das Formações Discursivas de Foucault (FD’s) que constituem o lugar do qual se diz algo.

Se, como acredita Orlandi (1999), os discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos, é constitutivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira sobremaneira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2007: 39) – no caso, aqui, dos sentidos expressos no jornalismo. A questão é a compreensão de como se configuram os espaços da cidade que demarcam esses “lugares”, no sentido de poder de fala; ou seja, que lugares ocupam a periferia e os pobres moradores de tais áreas.

IMPRENSA E NEGOCIAÇÃO DA REALIDADE: LEGALIDADE

Em 08 de janeiro de 2010, o texto da reportagem “Prefeitura removerá 119 favelas» traz um levantamento das favelas que serão removidas e de outras, naquele momento, em processo parcial de remoção. Os dados, apresentados em números, são corroborados pelas falas do então secretário de Habitação, Jorge Bittar, e do prefeito Eduardo Paes. Entre as cinco inserções de Jorge Bittar, destacamos uma: “Os reassentamentos são feitos num processo de amplo diálogo com as comunidades. Nada será feito de maneira truculenta ou desrespeitosa – garante Bittar. – Primeiro entramos em contato com os líderes comunitários; depois fazemos um cadastramento e oferecemos alternativas de moradia às famílias”.

Destacamos a fala do prefeito Eduardo Paes, única fonte da matéria além de Bittar: “- área de risco no Rio não vai ter mais. Vai sair, com dignidade, diálogo, indenização e aluguel social. Não vamos admitir que, a qualquer chuva, o prefeito não consegue (sic) dormir achando que pode alguém morrer em deslizamentos. Tem que acabar com a demagogia e retirar”.

Em seguida, a matéria nos traz uma retransmissão com o título “*Pacificação, urbanização e choque de ordem – especialistas acham que poder público está no caminho certo*”. E nessa retransmissão se torna mais clara a ardilidade com a qual se constrói desde o início os sentidos das obras de “integração” da cidade. Vejamos o lead:

Especialistas e representantes de moradores de favelas veem com bons olhos a estratégia adotada pelo poder público de conjugar ações de ocupação policial, remoção, urbanização e choque de ordem. Segundo eles, esse é o caminho a ser trilhado para a retomada, pelo estado, dos territórios dominados pelos traficantes e milicianos. Os especialistas ressaltam, contudo, que o processo precisa ter participação popular para se efetivar. (O Globo, 08 de janeiro de 2010) (grifo nosso)

A astúcia discursiva em afirmar tais opiniões em sintonia com as ações do poder público leva a crer que tais falas são, além de condizentes com o poder público, acrílicas. Os especialistas apregoados na retransmissão são quatro. De tais falas, apenas duas aparecem no discurso indireto: são exatamente as duas falas em que há contraponto ao que é afirmado como “caminho certo” do poder público – lembrando em que apenas uma há representante de moradores.

O arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães destaca a importância das ações implementadas. Para ele, o ideal é que essas iniciativas sejam conjuntas:

– Estamos no caminho certo. A luta deve ser pela universalização do processo de retomada dos territórios. E tem de ser estendida aos grandes complexos. A retomada dos territórios é essencial para a cidadania.

A presidente da Sociedade de Engenharia e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, Carmem Petraglia, destaca que a integração permite a otimização dos esforços e gastos, mas é preciso ouvir os moradores:

– As ações estão no sentido correto. O que é preciso é alinhá-las. Toda a parte de engenharia, de obras, tem que envolver questões econômicas, sociais, culturais e de segurança.

Para o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, as ações coordenadas de choque de ordem, urbanização e ocupação policial são positivas, mas devem ser acompanhadas da implantação de

serviços públicos essenciais, como escolas e postos de saúde. Já o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Rossino de Castro Diniz, defende que as famílias removidas de áreas de risco sejam reassentadas nas próprias comunidades. (O Globo, 08 de janeiro de 2010) (grifo do autor)

A reportagem “A ilegalidade perde terreno”, 29 de janeiro de 2011, aborda a questão das remoções das favelas e do discurso da legalidade. A abertura da reportagem aponta o encolhimento das áreas ocupadas por favelas no Rio de Janeiro, entre elas a Vila das Torres, em Madureira – cuja retirada faz parte da construção do Parque Madureira¹; e de acordo com a matéria em questão, a favela, que ocupava uma área de 32 mil m², passou a ter aproximadamente 19 mil m².

A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que analisaram o levantamento aerofotográfico do Rio. Realizado pela Prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 392 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol bem distribuídos por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é inédito e seria uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em área de risco. (O Globo, 30 de janeiro de 2011) (grifo do autor)

Embora não seja mencionado, em momento algum da reportagem acima, em 2011, os moradores organizaram uma manifestação em repúdio à remoção, conforme aponta o jornal Nova Democracia. Na edição de n.67 de julho de 2010, o jornal traz a reportagem “9.633 moradias serão derrubadas por Paes e Cabral”. No texto, uma imagem mostra moradores da Vila das Torres com o cartaz “Comunidade Vila das Torres. Madureira é meu lugar. Prefeito cumpra a lei. Não à remoção”.

Outra questão que chama atenção é a ambiguidade que o termo “recuperado” usado na matéria suscita. A polissemia (Orlandi 2007) dos sentidos nas retiradas das favelas é categorizada em diferentes frentes de significados. Se, por um lado, “recuperado” assume o viés de algo doente que é tratado, por outro, há o flerte com o significado da integração, que pode ser associado à recupe-

ração pela cidade: é a favela e seus moradores se tornando parte integrante. E a matéria continua:

Paes [prefeito do Rio de Janeiro] afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 80 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Desse total, 3.100 teriam sido reassentadas com a ajuda de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo aluguel social. Ele prometeu que, até 2012, essa política de reassentamento, associada a uma série de outras medidas, vai permitir a recuperação de 3,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no início do seu mandato.

– *Há muita coisa acontecendo neste momento, o que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior. Mas o mais interessante é que não se trata de uma política de remover e jogar em qualquer lugar. Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público. Mas fizemos tudo com muita negociação – afirmou o prefeito.*

De acordo com o IPP, levantamentos semelhantes realizados anteriormente vinham registrando o aumento das áreas ocupadas de forma irregular.

– *Pela primeira vez na história da cidade, conseguimos registrar uma redução na área de favelas. Mas não é só isso. Desde 2009, não há registros do surgimento de novas favelas. Aqui você tem também uma mensagem muito clara, que é a de que a gente não vai tolerar invasão na cidade. (O Globo, 30 de janeiro de 2011)*

E mais. Complementando a matéria, há uma retranscrição que também chama atenção e que nos encaminhou para a compreensão do que chamaremos de dislexia discursiva. A retranscrição “A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter dificuldade” traz um balanço da nova realidade dos moradores que foram “reassentados”. Vejamos os argumentos:

Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho. No entanto, o trajeto entre os barracos amontoados em favelas e os apartamentos distribuídos pelo programa Minha Casa, Minha Vida pode ser mais tortuoso que o esperado. Pouco acostumadas aos deveres da vida em condomínio, algumas famílias reassentadas demoram a se adaptar

à nova condição de proprietárias. E sem traquejos para resolver problemas cotidianos, cobram soluções da prefeitura.

(...) O problema pode ser visto no condomínio Vivendas Ypé Amarelo, em Realengo, mais conhecido como Urubulengo. Em abril de 2010 o lugar recebeu 229 famílias de casas que foram interditadas por estarem em área de risco na Favela do Urubu em Pilares. Ali, pessoas como Regina de Jesus, 37 anos, tentam reconstituir num apartamento de dois quartos a vida que deixaram para trás. Ela, assim como outros moradores, elogia a infraestrutura, mas reclama do comportamento dos vizinhos que não respeitam as regras de convivência. Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares. (...) (O Globo, 30 de janeiro de 2011)

A matéria não tem inserção direta da fala da moradora ou de nenhum outro morador. Por mais dois parágrafos, o texto traz outra fala do então secretário de habitação, Jorge Bittar, de forma indireta; e, no último parágrafo, a fala direta do secretário apontando como a prefeitura intermedia a relação entre os moradores de todos os condomínios com ações sociais de geração de emprego e educação.

O texto em poucas linhas tem uma ruptura, um deslize em seu traçado discursivo. Tal deslize não se dá na fala de uma fonte que se coloca como sujeito de sua condição; o que podemos perceber aqui são alguns meandros do jogo de sentido. Em primeiro momento um jogo de palavras, no qual o jornal abre o texto principal da reportagem para a ilegalidade de uma moradia em favelas – e na legalidade da educação do saber morar. Os parâmetros do que é civilidade, e a urbanidade que isso pressupõe, impõe uma sobreposição não apenas a formas alternativas de moradia, mas principalmente de comportamento do que isso implica.

Noutra questão, olhando pelos parâmetros “técnicos” do jornalismo, a escolha das vozes que se pronunciam traz, nessa reportagem, uma reprodução de muitos outros relatos do jornal sobre a proposta de integração da cidade – e todo o arcabouço que implica ser integrado. O jornal, então, escolhe como fonte da verdade a fala do então secretário Jorge Bittar, representante da fala oficial da prefeitura. Além de escolhê-lo como fonte, a estrutura da reportagem assume como verdade a tese do secretário; além de legitimar a fala do prefeito Eduardo Paes, que dá a dica de como as relações se estabelecem: “*Todos os assentamentos foram feitos com muito respeito*

à dignidade das pessoas. É claro que há uma hora em que é preciso usar a força do poder público”. (*O Globo*, 30 de janeiro de 2011).

A falta de traquejo para problemas cotidianos, o pouco costume aos deveres da vida em condomínios, e a mudança de barracos amontoados para apartamentos se misturam às reclamações de vizinhos inoportunos; dos pagamentos do condomínio, de luz e de gás, e da distância do antigo lugar de moradia. Essas são, em poucas e resumidas palavras, as oposições, para o jornal, que separam o trabalho das políticas de reassentamento das ações dos reassentados. O “ganho” de entrar na cidade formal como aponta o jornal (*“Deixar as áreas de risco e entrar na cidade formal é um ganho”*) se contrapõe às práticas inadequadas dos novos e “contemplados” cidadãos da cidade legal.

As remoções e os transtornos que geram são simplificados num “balaio de gato só”, o que reduz a complexidade que poderia haver nesse processo. A moradora, Regina de Jesus que se mudou de Pilares para Realengo, é a única fonte da matéria que não é oficial. Sua entrevista é apresentada no discurso indireto e as críticas são alocadas todas de uma só vez, como se fossem equiparadas. As questões caras aqui são: o jornal efetivamente está ouvindo a moradora? Em que medida as reclamações se tornam críticas? Tal ordenamento discursivo do jornal obedece aos preceitos de ouvir os dois lados – o que garante ao jornalismo consagrar a imparcialidade requerida – mas apenas superficialmente. É um parecer ouvir, um parecer falar sobre o problema.

O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SILÊNCIOS

Vale ressaltar aqui a imagem que retrata a tranca. Nela, três moradoras exibem sua nova sala e a legenda diz: *“Regina (sentada) e família: De uma favela para um conjunto em Realengo”*. O que presenciamos é a superficialidade em pluralizar a discussão em torno das remoções, ao equiparar as reclamações: reclamar do pagamento das taxas condominiais, do gás e da luz por entrar na “cidade formal” retira o olhar crítico para a questão chave das remoções: a mudança do local de origem, os laços de pertencimento, o trabalho, a família – *“Há ainda quem reclame do custo do condomínio, do preço dos serviços de luz e gás. Além é claro da distância de cerca de 16 quilômetros que separa o condomínio de Pilares”*.

Discursivamente, a estratégia minimiza um aspecto importante ao não gerar questionamentos sobre as práticas de remoções – mas apenas da nova vida que “é um ganho”. Tal direcionamento

discursivo desliza sobre o que parece não existir (a insatisfação contundente dos moradores que foram “reassentados” em locais muito longe das moradias) e é ardiloso na forma com que organiza a minimização crítica da fala do outro, do tal outro lado da história que o jornalismo insiste em “ouvir”. Essa matéria se articula a outras sobre remoções que resvalam no subúrbio de maneira mais abrangente.

Algo que se repete constantemente nas reportagens é o jornalismo palanque de um consenso de cidade, de um consenso de forma de gerir o espaço urbano – e disso, o arcabouço de práticas de gerência do espaço que vai desembocar nas ações destinadas aos cidadãos moradores de tais regiões.

O silenciamento do contraste de opiniões sobre as condições “integradoras” das mudanças urbanas “inevitáveis ao progresso” é o recado da imprensa à ineficiência do discurso integrador que elabora para o projeto de subúrbio – cujas bases são políticas e reproduzidas por *O Globo*. Só para termos uma ideia, embora nossa proposta não seja aqui expor repetitivamente o “mais do mesmo” das matérias sobre a questão da integração, o reforço de tais aspectos é um jeito que consideramos eficaz de registrar o quanto o jornalismo repete práticas e caminhos discursivos como mantras de silenciamento. Assim, os moradores dos novos condomínios são apresentados como “incapazes de vida civilizada”: ou não aparecem ou têm a fala trabalhada como em um jogo para a construção capciosa do sentido.

Outra matéria que destacamos é *“Madureira: brilha a estrela da Central”* (*O Globo*, 29 de outubro de 2013) que tem como complemento, os dois lados da questão das remoções sob a alcunha de *“Retirada das pessoas”* com a proposta de diálogo de duas falas especializadas sobre o assunto. De um lado, o texto enviado pelo prefeito Eduardo Paes cujo título *“Transtorno para uns, benefícios para a maioria”* contrasta com o título da pesquisadora Raquel Rolnik que é taxativo: *“Debate sobre mudança e compensação não ocorreu”*.

A matéria detalha as mudanças “benéficas” pelas quais passam as áreas periféricas, aqui exemplificadas com a obra do Parque Madureira, em Madureira. Com o subtítulo *“De 2010 até este ano, valor do metro quadrado subiu 104% para novos empreendimentos”*, o jornal aponta como o bairro se transforma por causa dos incentivos do poder público neste processo de gentrificação.

O parque é apenas um desses fomentos, embora seja o que deflagrou Madureira² como pauta midiática, e que trouxe a reboque a “valorização” imobiliária e novos empreendimentos comerciais e

residenciais, além de indicativo de melhorias para outros oito bairros suburbanos que serão recortados pelo parque. Mas tais transformações têm um custo: desapropriações, indenizações, mudanças na circulação viária, dentre muitos outros aspectos.

Nesse ponto, entram as duas falas coordenadas opostas que estão abaixo da matéria principal com o rótulo de “Retirada de pessoas”. A fala do prefeito:

Não dá para fazer investimentos em mobilidade urbana sem desapropriações, especialmente em antigos bairros onde as ruas são estreitas e há um adensamento dos espaços. Apesar disso, nós fugimos o quanto pudemos das desapropriações dos BRTs nas zonas Norte e Oeste que tivessem o menor impacto possível, que levassem ao menos números de retirada de imóveis. (...) São obras que estão fazendo com que os bairros voltem a ser atraentes como moradia. Embora causem impacto na vida de quem teve que deixar a sua casa, os benefícios para o bairro como um todo são visíveis (...). (Paes, 29 de outubro 2013, *O Globo*)

A fala da pesquisadora Raquel Rolnik:

O direito a moradias tal como estabelecido nos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário estabelece claramente como devem ser implantados projetos que envolvam remoções, em suas várias etapas, já que remoções são sempre momentos com potencial de envolver violações de direitos. Em primeiro lugar, é necessário discutir publicamente o projeto, especialmente com as pessoas diretamente afetadas. Ou seja, a pergunta é: essa obra é realmente necessária? Este é seu melhor desenho? Que medidas devem ser tomadas para minimizar o impacto do número de famílias ou casas a serem removidas? Este debate público simplesmente não ocorreu com as comunidades afetadas em nenhum dos planos atuais da prefeitura do Rio em relação aos BRTs e nem em relação à Zona Portuária. Os projetos não foram debatidos com ninguém (...). (Rolnik, 29 de outubro de 2013, *O Globo*)

Não há comentário para as falas acima. Apenas são colocadas sem questionamentos de ambos os lados. A questão é o silêncio para as muitas reclamações quanto às desapropriações. Embora nosso trabalho foque no jornal *O Globo*, é necessário compreender que manifestações e ações contrárias às desapropriações e que questionavam valores e a consequente troca de moradia de muitos dos mora-

dores e de dos bairros que estavam nos trajetos das BRTs³.

As questões das indenizações, das remoções e das desapropriações são sempre pontos pouco explorados nas matérias pesquisadas do nosso recorte; embora haja muitos movimentos contrários às remoções e desapropriações⁴. O que problematizamos aqui é como a construção do sentido se desnuda porque mostra o enquadramento, a perspectiva para qual se olha e que deixa em mostra a possibilidade de reorganizar os significados – que nesse caso, saem da cristalização à solvência.

É pelas matérias sobre as obras viárias que fica mais claro em que base se organiza o discurso da relação entre o subúrbio e a cidade com a mediação do poder público e a imprensa. Com a manchete “BRTs: a maioria das indenizações é paga em juízo” (28 de maio de 2011), a reportagem destaca o imbróglgio das ações ajuizadas por moradores descontentes com os valores pagos pelas indenizações e afirma que pouco mais de 17% do total de gastos com indenizações foram realmente pagos. Para exemplificar, o texto começa com a fala de uma moradora que entrou na justiça e ainda aguarda decisão sobre os valores; um morador que desistiu da ação e pegou o valor que a Prefeitura ofereceu porque “*não vale a pena brigar com o governo*”; uma pensionista que devido a complicações com a documentação não terá onde morar; e os comerciantes que foram prejudicados.

A dona de casa Neuzilan Maia dos Santos Bento, de 45 anos, viu boa parte de seus vizinhos na Rua Domingos Lopes, em Madureira, se mudar ao longo dos últimos meses, ao mesmo tempo em que aumentavam as nuvens de poeira. As casas próximas estão cercadas por tapumes ou já foram demolidas para abrir caminho para o BRT Transcarioca (Barra-Aeroporto Internacional Tom Jobim), um dos corredores viários que a prefeitura está construindo para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neuzilan, que investiu recentemente na reforma do imóvel, sabe que deixar a casa é questão de tempo. Mas decidiu brigar na Justiça para mudar o valor da indenização. (*O Globo*, 28 de maio de 2011)

As reclamações dos personagens da matéria com relação aos valores dos imóveis têm a contrapartida da informação na fala do procurador geral do Município, Fernando Santos Dionísio, que rebate as críticas explicando que:

Primeiro, uma empresa contratada visita o imóvel para medi-lo e avaliar as benfeitorias. Os dados são analisados por uma comissão de

técnicos das secretarias municipais de Obras e Urbanismo e da PGM, que fazem uma estimativa de valor conforme o preço do mercado. (...) As avaliações seguem regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com base no laudo, chamamos o proprietário para saber se ele aceita. Se não houver acordo, o caso vai para a Justiça. Geralmente, o valor das indenizações estipuladas pelo perito judicial ficam de 3% a 5% apenas acima do que pagamos – justificou Dionísio. (O Globo, 28 de maio de 2011)

Para complementar essa questão, a matéria mostra o caso da pensionista Sônia Gonçalves Bitencourt, de 61 anos, que mora numa casa em Vila Kosmos já com emissão de posse autorizada pela Justiça, e que está nessa situação e não tem para onde ir, caso a justiça não libere o pagamento. *“Minha sogra morreu há três anos e o inventário ainda não acabou. Sinceramente, não sei aonde vou morar quando tiver que sair daqui” (O Globo, 28 de maio de 2011).*

Quase dois anos depois, o mesmo assunto volta às páginas do *O Globo* com a manchete *“Obras de BRTs na berlinda* devido aos atrasos nas obras por conta de problemas com as empreiteiras. E na retranca, cujo título é *“Moradores apelam a general para não deixarem suas casas”*, há o descontentamento de moradores que, para não serem desapropriados recorreram ao Ministério do Exército pedindo que seja cedido um terreno – o que propiciaria a mudança do traçado e cerca de 100 famílias não precisariam “vender” suas casas. *“Apesar de as obras do BRT Transolímpico (Barra-Deodoro) terem começado em abril do ano passado, até hoje a prefeitura não definiu qual será exatamente seu traçado”.* (*O Globo*, 25 de junho de 2013).

Chama à atenção nessa matéria a peleja entre a Prefeitura e o Ministério do Exército pelo terreno que impediria a retirada de cerca de 100 famílias do local. Poder público *versus* poder público. A economia que geraria essa “cessão” vai ao encontro do lead da matéria que fala sobre a mudança do trajeto em Jacarepaguá, cuja definição ainda está em andamento, embora as obras já tenham começado.

Essas abordagens jornalísticas dão a tônica de como é construída a integração suburbana e de como se processam os ordenamentos. Importa perceber como a conta dos “benefícios” da “integração” ficou salgada para a população que, desde o começo das obras para transformar o Rio na megalópole global dos sonhos, passa por desapropriações autoritárias e que não têm o tão apregoado retorno financeiro (compatível).

Essas são algumas das muitas matérias que reforçam a nossa hipótese para o gesto de silenciar, de apagar as marcas promovido pelo jornal *O Globo* na efetiva apuração das matérias em consideração à pluralidade que o jornalismo propõe; e que sustentará o que estamos chamando de dislexia. Enquanto a condição do jornalismo aponta a necessidade de participação dos cidadãos, não há afetivamente, em momento algum, falas dos moradores que sejam contundentes e demonstrativas de um debate amplo sobre as questões relativas às mudanças estruturais para as regiões de periferia social da cidade.

É na produção de sentido criado pelo discurso das remoções para o que se toma como “morar bem” (da lógica espacial produtivista que a cidade alcança desde que se coloca como palco de megaeventos) que não abordar a questão das desapropriações e expulsões “veladas” é uma dislexia conveniente ao jornalismo de não se fazer ciente. Uma posição discursiva condizente com a estrutura estruturante; *“isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e regulares’ sem ser o produto de obediência a regras”.* (Bourdieu, 1983: 61).

Além disso, a matéria desnuda a compreensão simbólica do que é, ou como é reconhecida, a periferia: se, por um lado, ela é a chance de integração, e nisso se harmoniza todo esforço governamental e midiático de inseri-la na racionalização comum para a cidade que se pretende global, por outro, sua integração não passa nem de longe pela facilitação da mobilidade, do trânsito, de melhorias constitutivas para o espaço e para o sujeito – nem pela própria racionalidade econômica vigente, já que os valores das desapropriações não seguem a percepção básica da especulação para os valores pagos pelos imóveis a serem demolidos. É a partir dessa perspectiva que afirmamos que as reportagens acima sobre os problemas com desapropriações e remoções apontam para como as relações de poder pautam os sentidos de tais obras e sujeitos afetados.

É por esse viés que a cobertura midiática do *O Globo* desliza sobre o que propõe ignorar: as condições de sobrevalorização das obras frente aos interesses da periferia e de seus moradores, que se sustenta em sua condição suburbana – condicionada a todo um esforço de subvalorização que a historicidade do subúrbio desnuda. Este deslize não é secundário, ao contrário, se mostra revelador.

A integração, como projeto desta “revitalização” da identidade suburbana, é o que Gilberto Velho chama de “instrumento de negociação da realidade”. A questão é que a negociação da identidade suburbana é construída pela imprensa analisada de forma

também estanque. A esse ponto, Ana Enne (2004) acrescenta que a relação entre memória e identidade pode ser de uma “referência que aproxime os agentes em uma perspectiva emcompassadora que sublima as diferenças a partir de interesses que se sobreponham” (Enne, 2004: 8). E a questão aqui é se a cultura suburbana tem suas práticas culturais (suas raízes, a sociabilidade, o pertencimento) tendenciosamente movidas pelo discurso midiático a uma busca de integração, que se processa mais aglutinada que justaposta.

A objetividade de perceber o mundo como evidência não deixa brecha para outras reflexões e olhares de novas formas de saber, das novas verdades do saber. As estruturas objetivas que explicam o mundo tendem, e o jornalismo não está à parte disso, ao mono-olhar porque aplica suas estruturas de percepção ao mundo admirado – e são relatos provenientes de percepções do mundo sensível. É sintomático, então, que tais estruturas cristalizem os sentidos e as possibilidades outras de entendimento – e as receitas prontas impostas se tornem ferramentas mais fáceis nas lutas pelo poder de fala – e que legitimam ordenamentos não como desvios e negatividade de outras formas de perceber o mundo e praticar a cultura; mas como as falas de apreciação e aproximação dos mundos pelas práticas do espaço social.

É o capital simbólico exercendo sua faceta mais crua e cruel: autoridade de tais subjetividades não apresentadas como tal, mas investidas de apropriação legítima a partir de lutas anteriores que têm a vantagem do sentido da autenticidade, da propriedade da fala com o saber fazer e com o reconhecimento de legitimidade. Mas ao mesmo tempo, ela só existe porque reconhecida, porque levada em conta. Como inverter essa ordem? Não estaria o jornalismo no lugar de justamente apresentar as miríades de posições de, como aponta Certeau (2001), apresentar o mundo em sua pluralidade?

A DISLEXIA DISCURSIVA DAS VOZES “SUBALTERNAS”

O que queremos dizer então com o que chamamos de dislexia discursiva é a competência midiática de reconfigurar (construir/destruir) a inscrição dos moradores do subúrbio aos fluxos harmoniosos do consenso da integração. Para seguirmos são imprescindíveis dois questionamentos ao que problematizamos até aqui: como se estrutura a reconfiguração dos relatos que chegam ao jornalismo? Como o jornalismo se configura como testemunha do cotidiano e do real? É na condição de testemunha dos fatos que o jornalismo guarda o mantra da verdade – e, com ele, todos os alicerces metodológicos fundamen-

tais ao “bom jornalismo” que, vias de regras, nós resumimos em: ouvir as partes, escrever objetivamente, ser imparcial, não usar adjetivos, questionar e, com isso, garantir a credibilidade do veículo. Mas de que outra forma poderia a história ser retomada e transmitida senão pelas narrativas dos ouvintes?

Em “É isto um homem?”, Primo Levi (1988) vai descrever os sonhos constantes dos presos nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Nestes sonhos, há algo em comum: o desespero por não encontrarem quem quisesse ouvir os relatos dos horrores vividos. Escutar as narrativas deveria ser a função dos ouvintes, que, em vez disso vão embora, não querem saber nem permitir que essa história difícil e ameaçada por sua própria impossibilidade os alcance e ameace também a tranquilidade de sua vida cotidiana. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai justamente se preocupar em ampliar o conceito de testemunha.

Para ela, a testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, mas seria também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante a história do outro: não por culpa ou por compaixão, “mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.” (Gagnebin, 2001: 57).

É então da incapacidade de ouvir relatos, de fazer valer a condição de pluralidade em que os pontos, divergentes ou não, são postos no tabuleiro de um texto, que o jornalismo burla sua condição de testemunha ao se estruturar em práticas que retiram o potencial transformador do jornalismo, deixando-o apoteoticamente como palco de recursos políticos hegemônicos. A prerrogativa de não dar conta do real em sua transposição ao texto é essência do jornalismo; no entanto, não pode ser usada como justificativa para a apatia desconcertante e ardilosa com que as vozes dos moradores do “subúrbio integrado” são apagadas pelo uso de recursos legítimos da rotina jornalística da edição das falas, dos usos dos discursos diretos e indiretos, como vimos nas reportagens citadas.

Esse fingir ouvir da pseudo-condição de testemunha do jornalismo traz como questionamento fundamental ao papel não só do jornalismo, mas especificamente ao papel dos silenciados – como questiona Boaventura de Sousa Santos (2007): “como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silêncio?”

O silêncio é o resultado do silenciamento: a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram. Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. (Santos, 2007: 55)

E é esse o problema teórico que apontamos aqui neste final de trabalho: o silêncio imputado pelo jornalismo cuja pior herança é fazer parecer existir. O silêncio é o modo de apagar os sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido (Orlandi, 2007) nos momentos em que ele se mostra como ameaça. Mas como pensar o silêncio de algo dito? O que estamos apontando é o silêncio que existe nas palavras, naquelas que são reproduzidas no jornalismo, atravessadas de silêncio e de direcionamentos.

Enquanto o conceito de *gatekeeper* se dá mais pela seleção da notícia e menos pela orquestração das vozes, a dislexia discursiva se centra na (in) capacidade estratégica de ouvir. Outro ponto de diferença do que propomos se apresenta pela intencionalidade. Hohlfeldt (2013) aponta o caráter involuntário do processo de *gatekeeping*. O caminho da dislexia vai pela contramão: é proposital. É esse o ponto nevrálgico e dislexo de como se processam os sentidos do “integrado”: as condições de infraestruturas constitutivas esbarram fortemente no que de simbólico se compreende para os moradores da periferia – e tais racionalizações pela lógica do mercado, da cidade-empresa, da inserção global silenciam o “real da cidade” e se pautam em vista do senso comum do que se entende para a periferia, para a pobreza, para pobres da “Cidade Maravilhosa”.

E é aí que percebemos como os jornais buscam silenciar as falas dos sujeitos suburbanos alijados de representatividade na instituição que se estrutura nos estatutos da verdade, da objetividade, da imparcialidade e do social. Estatutos, estes, que encobrem as condições fluidas na construção da verdade discursiva. É no ritual da objetividade que o jornalista, como pontua Tuchman (apud Traquina, 2012), se resguarda das incoerências possíveis. Ora, a objetividade aparece, então, como estratégia de legitimação e de camuflagem das negociações dos agentes sociais defendidas como centrais na constituição das notícias, como apresenta a teoria interacionista.

A dislexia discursiva, então, não é o apagamento, mas a discrepância proposital da fala do outro, que

a faz assemelhar-se ao ruído. Essas questões nos levam a uma chave de interpretação do papel do jornalismo em neutralizar o potencial questionador das falas plurais que se diz disposto a ouvir. Ao neutralizar o incômodo das possíveis falas discordantes, o jornalismo transforma em resmungos os sussurros quase inaudíveis das condições dos moradores de áreas periféricas e, mais do que isso, do que dentro da lógica de cidade integrada fica de fora do projeto de cidade empresa/cidade olímpica/cidade global.

Não se trata de pensar o jornalismo dislexo como essência. Ou, em outras palavras, um jornalismo dislexo por não ser capaz de dar conta do mundo à volta como se fosse apenas incapacidade pela tentativa. Ou de propor uma concepção da imprensa cuja impossibilidade de dar conta da verdade seja compreendida como condição possível – já que se encontraria inevitavelmente na busca por tatear o real. Não negamos tais impossibilidades do jornalismo, o que queremos defender aqui é como tais considerações mascaram o uso das limitações com ardilosas ferramentas de orquestração acintosa dos direcionamentos do sentido.

O que acabamos de afirmar nos lembra o texto assinado pelo prefeito Eduardo Paes e divulgado por *O Globo* intitulado “*Transtorno para uns, benefícios para a maioria*”, publicado no jornal no dia 29 de outubro de 2013 e que vimos acima. Assim, o jornal joga para a esfera do silêncio os efeitos colaterais do mercado que não aparecerão na matéria como efeitos colaterais. Os efeitos aparentemente benéficos são enaltecidos e trabalhados como evidência da necessidade de tais transformações e também como elemento de uma estratégia discursiva da qual o jornal é parte.

Silenciar, então, não é apenas não dizer, mas tirar a ênfase de outros aspectos. O que Boaventura de Sousa Santos (2007: 55) resume bem: “*A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa*”.

E aí voltamos ao começo deste trabalho: na retranscrição “A difícil adaptação – vida em condomínio pode ter dificuldade” de 30 de janeiro de 2011 – dizer ali que reclamar do condomínio é semelhante à falta de educação daquelas pessoas é silenciar a complexidade que pode estar envolvida na questão em relação à violência da mudança compulsória, na não negociação, na sociabilidade criada nos bairros de cada um dos removidos, na incapacidade do gestor de ouvir as pessoas sobre o condomínio que gostariam. O que vemos é a lógica do efeito de sentido

do mercado ser sobreposto ao social; no entanto, ele é silenciado pelo argumento do social, da legalidade e da melhoria aparente.

Isso nos leva a outras possibilidades de interpretação para a recusa do ordenamento nos condomínios, por exemplo, não apenas como irracionalidade. A distância dos bairros de origem mencionada pelos moradores descontentes na fala indireta da matéria é onde o discurso se trai: nas reclamações das “balburdias”, o jornal arditosamente une uma reclamação que é procedente – o jornal silencia o que essa população fez (ou precisou fazer) com a escola, com o trabalho e com a vida afetiva. Tudo é silenciado em nome da nova ordem e se torna circunstancial. E pior: a fala que não está lá, que é vestígio, é a legitimadora perversa de sua não presença – perversa porque garante ao jornalismo a manutenção do dogma da imparcialidade, tão caro ao jornalismo.

O que pontuamos é como as estratégias de organização da comunicação pelas mídias se articulam a um arcabouço mercadológico de acúmulo e manutenção do capital. Para Sodré (2014), a comunicação é algo que atravessa o social em diversos níveis para além da mídia. Mas é como mídia que ela se materializa; e como tal, é a outra face da acumulação do capital. “*No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa*” (Sodré, 2014: 14).

É aí que o jornal se torna parceiro das ações da administração pública porque ele não deixa de citar o “outro lado”, mas ele apresenta a questão organizando o dizer, na superficialidade com que pontos complexos são tratados pela lógica da imparcialidade e por suas perguntas de objetividade. Por seu caráter mediador, o jornalismo não se furta ao direito de determinar o que é mais importante a ser dito e de articular o caráter deste “mais importante”.

É na consideração de que todo discurso já é uma fala que conversa com outras falas no processo do interdiscurso (Orlandi, 2007) e dialogismo (Bakhtin, 2003), que fica a pergunta: que sentido teria o silêncio das vozes discordantes? É preciso então compreender que o sentido não está fixado, mas se produz nas relações de força e vai refletir as manifestações e os confrontos ideológicos. É então na condição de palanque de um discurso de cidade em seus preceitos de administração pública do social, do urbano, do econômico e do territorial que o jornalismo se alia ao político na reprodução sistemática dos aforismas do que significa ser/estar integrado.

Tal alinhamento político do jornalismo promove a naturalização do discurso do mercado financeiro em associação direta ao bem-estar humano como se,

nos disse Boaventura acima, não houvesse alternativa. É justamente por meio de uma reprodução sistemática e estratégica do ordenamento (entendido aqui como o ordenamento que transforma desordem/ruído em ordem/informação), promovido pelas matérias relacionadas à integração do subúrbio, que a lei orbital do mundo capitalista encarnada no mercado penetra nos “espaços civilizatórios” – dentre eles, o subúrbio.

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir de informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (Vainer, 2013: 86)

Se o jornalismo garante legitimidade na usurpação do contraponto das vozes silenciadas é porque se fortalece no pacto de confiança leitor/jornal, cuja crença na aura de transparência reconhece o poder, e possibilita ao jornalismo/jornalista jogar com os sentidos polissêmicos na linguagem jornalística.

Vale lembrar a matéria “*Obras de BRT na berlinda*”, publicada pelo *O Globo* no dia 25 de junho de 2013, sobre os problemas de desapropriação de imóveis e atrasos nas obras. A matéria de página inteira não tem sequer uma fala de morador: há empresários das empreiteiras e a única fonte ouvida, que também é fonte oficial, mas que fala pela população, é de um deputado estadual (Pedro Molon) que diz: “*A demanda dos moradores é exatamente a mesma que as manifestações públicas têm pedido: que os governos ouçam a população*”. Ora, um caminho possível de escuta seria pela própria imprensa – pretensiosamente surda.

Benjamin busca no poema “*Cartilha para Cidadãos*”, de Brechet, rotas de compreensão sobre como o fim da experiência líquida os vestígios:

Uma bela frase de Brechet pode ajudar-nos a compreender o que está em jogo: “Apaguem os rastros!”, diz o estribilho do primeiro poema da Cartilha dos Cidadãos. Aqui, no cômodo burguês, a atitude oposta tornou-se hábito. Nele, o “intérieur” obriga o habitante a adquirir o máximo possível de hábitos, hábitos esses que se ajustam melhor a esse “intérieur” em que vive do que a ele próprio. (Benjamin, 2012: 127)

Rastros, então, como a ligação, a experiência de mundo de marcação da presença. É nesse ponto que o jornalismo transforma em vestígios as falas dos moradores afetados pela proposta de integração. O que Benjamin vai chamar de “libertar-se de toda experiência” é o que trazemos para um jornalismo, que não se atém a complexificar os processos e reduz a experiência do outro a uma fala sem historicidade, sem antagonismos, sem percalços – deixa apenas o rastro de sua existência.

Como o jornalismo pode, então, ser redentor e articulador do social e do político se promove a dis-

lexia da voz dos sujeitos do “outro lado da balança”? Mais fácil do que encontrar resposta a essa pergunta é observar como o social se rearticula na disputa pela ressignificação dos espaços e de seus lugares. É possível encontrar muitos exemplos de manifestações e gritos dos moradores pobres da periferia, mas inaudíveis ao jornalismo palanque do ordenamento hegemônico orquestrado com viés político-econômico da cidade empresa.

Soumission de la proposition : 02/06/2015

Acceptation de l'article : 19/07/2016

NOTAS

¹. O Parque Madureira foi construído em 2012 pela Prefeitura no subúrbio do Rio de Janeiro. A obra, inaugurada durante a conferência mundial Rio+20 foi destacada pelos órgãos públicos e pela imprensa como a obra de integração do subúrbio com a área nobre da cidade.

². A construção do Parque Madureira é um dos grandes empreendimentos do projeto “Cidade Integrada” e levou o bairro de Madureira à pauta midiática nos últimos anos. O parque foi entregue à população em 2012.

³. Pistas exclusivas para ônibus rápidos que prometem desafogar o trânsito nas áreas suburbanas. Uma pergunta que os jornais não fizeram: “por que não investir em metrô, como acontece nas áreas nobres da cidade?”

⁴. Sobre essa temática há muitos documentários retratando os problemas das remoções para as obras de reurbanização do Rio de Janeiro do governo Eduardo Paes, tais como “Atrás das portas”, dirigido por Vladimir Seixas e produzido entre 2008 e 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakhtin, M., 2003, “Os gêneros do discurso”, Estética da criação verbal, São Paulo, Martins Fontes.
- Benjamin, W., 2007, Passagens, Belo Horizonte, Editora UFMG/Imprensa Oficial.
- Benjamin, W., 2012, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, São Paulo, Brasiliense.
- Bourdieu, P., 1990, “Espaço Social e poder simbólico”, Coisas Ditas, São Paulo, Brasiliense.
- Bourdieu, P., 1997, “Efeitos do Lugar”, A Miséria do Mundo, Petrópolis, Vozes.
- Certeau, M., 2011, A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer, Petrópolis, Vozes.
- Enne, A., 2004, “Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa”, II Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis.
- Foucault, M., 1990, A Ordem do Discurso, São Paulo, Loyola.
- Foucault, M., 2004, Microfísica do poder, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Gagnebin, J. M., 2004, Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível, Bresciani, S. e Naxara, M. (Eds.), São Paulo, Editora Unicamp.
- Gagnebin, J. M., 2006, Lembrar escrever esquecer, São Paulo, Editora 34.
- Hohlfeldt, A., Martino, L., França, V., 2013, Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências, Petrópolis, Vozes.
- Levy, P., 1988, É isto um homem? Rio de Janeiro, Rocco.
- Maricato, E., 2013, “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, A cidade do pensamento único – desmanchando consensos, Petrópolis, Vozes.
- Mendonça, K., 2010, “A inversão do olhar”, XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ.
- Orlandi, E., 1997, As formas do silêncio, Campinas, Editora Unicamp.
- Orlandi, E., 2007, Análise de discurso – princípios e procedimentos, Campinas, Pontes.
- Santos, B. de S., 2007, Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social, São Paulo, Boitempo.
- Sodre, M., 2014, A Ciência do Comum, Petrópolis, Vozes.
- Spivak, G. C., 2010, Pode o subalterno falar? Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Traquina, N., 2012, “Porque as notícias são como são”, Teorias do Jornalismo, vol. 1, Florianópolis, Insular.
- Vainer, C., 2013, “Pátria, Empresa e Mercadoria”, A cidade do pensamento único – desmanchando consensos, Petrópolis, Vozes.
- Ventura, Z., 2000, Cidade Partida, Rio de Janeiro, Cia das Letras.

Pt. A proposta deste artigo é problematizar a produção de sentido da periferia do Rio de Janeiro na cobertura jornalística. Desde 2009, a cidade começou a promover reformulações urbanas como parte do projeto de qualificação para sediar grandes eventos mundiais. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 se tornaram justificativas para mudanças estruturais, principalmente relacionadas à mobilidade urbana – e que vão desembocar em uma série de conjunturas sociais e políticas de remoções e desapropriações em favelas e em bairros da periferia. Assim, recortaremos nosso olhar para as matérias referentes à tônica da legalidade no que tange os “melhoramentos urbanos” cuja adequação segue o modelo de “cidade global”. O estudo parte da hipótese de que o jornalismo participa das disputas de significados na sociedade pela imposição dos sentidos. Isso se dá a partir do alijamento das vozes suburbanas dissidentes ao consenso discursivo – o que chamaremos de dislexia discursiva. Como falam os moradores das áreas mais pobres da cidade na mídia hegemônica? Essa questão nos leva a uma chave de interpretação do papel do jornalismo em neutralizar o potencial questionador das falas plurais que se diz disposto a ouvir. O que nos interessa, então, é questionar como o jornalismo observa, registra e controla tais trocas informacionais na produção do sentido. Para tal, analisamos a cobertura do jornal *O Globo* sobre as transformações urbanas e as remoções de moradias na periferia feita no período de preparação para a Copa do Mundo/Olimpíada (2010 a 2013). A hipótese é de que a dislexia discursiva assegura ao jornalismo a potência das estratégias de manutenção não apenas de um *status quo* “subalterno”, no qual os sujeitos da periferia estão imersos em sua historicidade midiática, como a legitimação do consenso se torna forma de imobilizar resistências.

Palavras-chave: jornalismo, cidade, discurso, periferia

En. This article intends to discuss the production of meaning regarding the outskirts of Rio de Janeiro in its news coverage. Since 2009, the city began to promote urban revamping as part of projects to be qualified to host major global events. The World Cup of 2014 and the 2016 Olympics have become justifications for structural changes, mainly related to urban mobility—and which will lead to a series of social and political conjunctures and to relocations and expropriations in *favelas* and suburban neighborhoods. Thus, we focus our attention on matters related to the legality of “urban improvements,” whose adequacy follows the “global city” model. The study starts from the hypothesis that journalism participates in the conflicts of signification in society by imposing specific meanings. This occurs by excluding dissident suburban voices from the discursive consensus—something we call discursive dyslexia. How do the residents of the poorest areas of the city speak on hegemonic media? This question brings us to an interpretation key of the role of journalism in neutralizing the argumentative potential of the plural speeches that journalism is willing to listen to. What interests us, then, is to question how journalism observes, records and controls such informational exchanges in the production of meaning. To this end, we analyzed the coverage of the newspaper *O Globo* on the urban transformations and housing removals made in the periphery during the period of preparation for the World Cup and the Olympics (2010–2013). Our hypothesis is that discursive dyslexia provides journalism with the power over the strategies of maintenance of a “subaltern” *status quo* in which the citizens of the periphery are immersed in their own media historicity, as the legitimacy of the consensus becomes a way to immobilize resistance.

Keywords: journalism, city, discourse, suburbs

Fr. L'objectif de cet article est de problématiser la production de sens dans la couverture journalistique de la périphérie de Rio de Janeiro. Depuis 2009, la ville a commencé à promouvoir des réaménagements urbains dans le cadre de projets de qualification pour accueillir de grands événements mondiaux. La Coupe du Monde 2014 et les Jeux Olympiques de 2016 ont été utilisés pour justifier des changements structurels, principalement liés à la mobilité urbaine – et qui conduiront à une série de conjonctures sociales et politiques et à des déménagements et expropriations dans les *favelas* et les quartiers de la périphérie. Nous portons donc notre attention sur les questions liées à la légalité d'« améliorations urbaines », dont l'adéquation suit le modèle de « ville globale ». L'étude part de l'hypothèse selon laquelle le journalisme participe aux conflits de significations par l'imposition de certains sens. Cela se produit par l'exclusion de voix suburbaines dissidentes du consensus discursif – ce que nous appelons la dyslexie discursive. Comment parlent les habitants des régions les plus pauvres de la ville dans les médias hégémoniques ? Cette question nous amène à une clé d'interprétation du rôle du journalisme dans la neutralisation du potentiel argumentatif des paroles plurielles auquel il est prêt à écouter. Ce qui nous intéresse, alors, c'est de questionner comment le journalisme observe, enregistre et contrôle les échanges d'informations dans la production de sens. Pour ce faire, nous analysons la couverture par le journal *O Globo* des transformations urbaines et des expropriations dans la périphérie durant la période de préparation de la Coupe du Monde et des Jeux Olympiques (de 2010 à 2013). Notre hypothèse est que la dyslexie discursive fournit au journalisme le pouvoir sur les stratégies de maintien d'un *statu quo* « subalterne », dans lequel les citoyens de la périphérie sont immergés dans leur propre historicité médiatique, car la légitimation du consensus devient un moyen d'immobiliser les résistances.

Mots-clés : journalisme, ville, discours, périphérie

